

## **ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE CAMETÁ TAPERA – PA: condições de vida e de trabalho entre o urbano e o rural.**

Luciana P. de Oliveira Tavares Mourão<sup>1</sup>

### **Resumo**

O trabalho traz a discussão sobre a definição dos espaços rural e urbano pelas agências oficiais brasileiras e como esta influencia no cotidiano e na identificação enquanto sujeito “rural” e “urbano” dos moradores de um pequeno povoado na vila de Cametá Tapera, definido como zona urbana. Levando em consideração que esta definição oficial não atende as particularidades da região amazônica a qual traz em suas pequenas cidades uma relação intrínseca entre esses dois espaços.

**Palavras-chave:** Rural, Urbano, Amazônia.

### **Introdução**

A compreensão sobre os espaços rural e urbano na região amazônica não é uma tarefa simples discussão em virtude das suas particularidades e singularidades, que a diferenciam de outras regiões. Apesar de dados estatísticos mostrarem o crescimento da população urbana, a Amazônia possui municípios eminentemente rurais, tendo como referência neste âmbito, as pequenas cidades.

Essa região entrelaça características dos meios urbano e rural, não apenas a nível espacial, mas também no aspecto da própria dinamização econômica e social dos seus sujeitos, no âmbito do trabalho e do acesso as políticas públicas como saúde, educação e assistência social.

Segundo Marques (2002) a lógica capitalista caracteriza o rural, no seu aspecto físico e de dinâmica natural, como espaço de atraso, de ausência na oferta de serviços, compreendendo tal espaço como área de exploração e lucro. Essa lógica perversa vem alargando uma “ferida” no meio da “floresta” no âmbito do meio ambiente, do prejuízo da qualidade de vida de homens e mulheres do campo, fortalecendo a desigualdade, intensificando o poder elitista e ruralista e potencializando a violência.

Este trabalho evidencia a influência da definição territorial do rural e do urbano pelas agências oficiais (que não atende as particularidades da região Amazônica) que interfere diretamente na identificação do morador e trabalhador destes territórios.

---

<sup>1</sup> Membro do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental – IAGUA. E-mail: [lpotavares@yahoo.com.br](mailto:lpotavares@yahoo.com.br)

Segundo Grabois (2001), ao definir esses espaços não é evidenciada a função peculiar destes aglomerados, considerado por ele como um fator fundamental na diferenciação. Ratificando esta ideia Marques (2002), diz que nessa classificação o rural passa a ser visto como um espaço definido por suas carências, e ainda acrescenta a arbitrariedade do poder municipal nessa definição.

O espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de suas carências e não de suas características. Além disso, rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais. (MARQUES, 2002, p. 97)

Esta pesquisa revela a realidade do vilarejo Cameté Tapera, pertencente ao município de Cameté – PA, região do Baixo Tocantins, localizada a margem direita do rio Tocantins, uma pequena cidade ribeirinha do Pará. O interesse pelo estudo do local se deu por duas situações, Cameté Tapera é eminentemente rural e tem sua definição urbana, dado pela lei municipal e pelas agencias oficiais como IBGE e EMATER, situação que interfere nas políticas de investimento para trabalhador rural e influencia na subjetividade da identificação enquanto do sujeito do meio rural, é importante dizer ainda que o entendimento de espaço rural, vai além ao que corresponde somente ao agrário, mas sim enfatizando sua dinamização política, econômica, social e cultural.

### **O que é o urbano e o rural: definição ou segregação?**

Como dissemos anteriormente, o Brasil foi um importante país agrário, e teve este papel até meados do século XX, quando se inicia o processo de industrialização. Estudiosos como Veiga (1991) e Abramovay (1992), levantam que o processo de avanço da agricultura moderna capitalista brasileira foi sustentada a partir da configuração familiar, havendo uma articulação entre as formas familiares e o avanço do capitalismo, situação que provoca uma diferenciação entre os demais países. Essa singularidade é enfatizada no prefácio da 3ª edição da obra *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* de Abramovay (2007), onde é destacado que,

A configuração da moderna agricultura capitalista se apoiou numa forma social de trabalho e empresas específicas e políticas que é a empresa familiar, contrariando dessa forma, duas tradições científicas e políticas muito fortes: a que sempre preconizou que o desenvolvimento generalizaria as unidades produtivas baseadas no uso exclusivo ou predominante da mão-de-obra assalariada (...); e também a que, inversamente, via a agricultura camponesa como modelo. (ABRAMOVAY 2007, p. 11).

Diferentemente de demais regiões, pode-se dizer que esta “empresa familiar” ainda está presente nas cidades da Amazônia, não aquelas que realizam o agronegócio, mas refiro-me as pequenas cidades amazônicas que apresentam como atividade predominante a agricultura familiar, como é o caso da cidade de Cametá, a qual se revela através de heranças, onde os membros das famílias se aglutinam, constroem suas casas, e produzem em suas terras. As pequenas cidades que apresentam essa atividade econômica, geralmente apresentam características são evidentemente rurais, não apenas influenciados pela economia, mas significativamente, pela cultura.

Em diversas regiões o rural está relacionado ao grande capital, com inovações tecnológicas, utilizações de produtos químicos para aceleração da produção, as famílias donas dos latifúndios apresentam hábitos e costumes urbanos e não moram em suas extensas terras. Essa realidade também condiz a muitas cidades do Pará, porém se distancia do vivenciado em Cametá, onde a população possui hábitos simples, de cultura cabocla, de resistência e permanência em suas terras. Apesar de esta cidade apresentar em sua estrutura física, certo desenvolvimento arquitetônico, influenciado pela colonização, pode-se dizer que ainda aponta indícios de uma cultura tradicionalmente cabocla, e é da zona rural que vem o sustento econômico da cidade, porém isso não é suficiente para que haja uma maior preocupação por parte do poder público para um melhor desenvolvimento socioeconômico dessas famílias.

Esse descaso é reflexo a ideologia do urbano, tido como hegemônico, o avançado, o desenvolvido por definições oficiais e, o rural como um espaço atrasado e que progressivamente será “transformado” pelo processo de urbanização, ou seja, o fim do rural. No entanto, a partir desse estudo vemos que a realidade Amazônica, especialmente nas pequenas cidades do Pará, está distante dessa possibilidade, pois apesar do processo de urbanização e a cultura urbana estarem presente nos lugares mais “isolados”, é visível de maneira intensa a presença da cultura rural.

Para suprimir a ideia do “fim” do meio rural, Marques (2002), enfatiza a importância do avanço dos movimentos sociais no campo, tornando-o necessário para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, vale ressaltar que este desenvolvimento deve estar além da perspectiva econômica e setorial.

Nas pequenas cidades esse rural é atrelado ao urbano, a convivência, as atividades econômicas, os vínculos de vizinhança, a própria paisagem, os dados quantitativos, incluindo

população urbana e rural, densidade demográfica. Mas, em virtude da homogeneização dos critérios estabelecidos no Brasil as singularidades das regiões não são atendidas.

### **Cametá e sua Vila de Tapera: um núcleo urbano no rural?**

A Vila de Tapera é um pequeno vilarejo do município de Cametá, o qual está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense, com um distância de 146km da capital Belém sua área é de 3.081 Km<sup>2</sup>, segundo o censo de 2010 sua população é de 120.896 habitantes, com estimativa para o ano de 2017 de 134.100 habitantes. O município faz limites ao norte com os municípios de Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri; ao Sul com Mocajuba; ao Leste também com Igarapé-Miri e a Oeste com Oeiras do Pará.

O acesso à cidade se dá por via terrestre, pela Alça Viária, PA – 151, até o distrito de Carapajó, uma viagem de aproximadamente seis horas, após esse trajeto usa-se uma embarcação ou opta-se pela balsa, outra possibilidade é por via marítima em embarcações de porte grande, viagem com duração de aproximadamente 10 horas.

Apesar da alternativa terrestre, o rio ainda é o elemento essencial de acesso a cidade e ao entorno do município, seja para a própria comercialização da produção, do lazer e de outras necessidades. Este é compreendido como elemento de subsistência e mesmo havendo a construção de duas rodovias a PA-151 e a PA-156, atual BR-422, as embarcações ainda são consideradas o transporte principal para locomoção e chegada aos diversos aglomerados do próprio território, bem como a outros municípios.

Cametá é uma das cidades mais antigas do estado do Pará, em 1620 se deu a fundação do núcleo de Cametá-Tapera, onde inicia sua colonização. Nesse período, houve a construção de uma igreja e cerca de quatro pequenas ruas, tendo como finalidade uma missão religiosa de evangelização e dominação dos índios Camutás. Este município e seu entorno, sofreu diversas mudanças, ocorridas com a implantação da Usina Hidrelétrica de Tururuí – UHT, que interfere diretamente no ordenamento sócio espacial decorrente da relação entre a sociedade e a natureza.

A Vila de Tapera localiza-se a uma distância de 12 Km da sede do município, teve um importante papel histórico na fundação do local, pois o vilarejo foi o local da descoberta do município e por muito tempo abrigou seus nativos e seus colonizadores.

Durante a pesquisa de campo, segundo informações do técnico da EMATER polo Cameté, o povoado, possui em torno de 50 domicílios<sup>2</sup>, que desenvolvem atividades econômicas agrícolas e de extrativismo, apresentam com uma forte cultura tipicamente ribeirinha e uma relação sócio espacial diretamente relacionada com o meio rural.

O local possui uma ínfima estrutura, com a implantação de alguns estabelecimentos como uma pequena igreja, uma escola, um pequeno comércio que na linguagem cabocla é definido como taberna, não possui asfalto, suas ruas são de área, a principal atividade econômica é a agricultura e o pescado e os costumes e hábitos cotidianos são rurais. No entanto, apesar dessas características, o espaço está identificado segundo a Lei Orgânica do Município como área urbana.

Legalmente a definição de área urbana, a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-1999), se estabelece por representações materiais, “caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por construções decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas a expansão urbana”.

Essas características não condizem com a realidade do local, no entanto apesar da caracterização e dinamização do espaço, e sua definição classificada como área urbana, condiciona divergência entre os moradores enquanto a identificação de sujeito rural, visto que tal localidade é definida como urbana.

“Aqui a gente trabalha na roça, ou é pescador, alguns trabalham com serraria, mas é mais os idosos, que antes eram pescadores, e já estão aposentados [...] Bom, eu acho que eu sou urbano, né. Porque aqui é zona urbana, eles dizem que é zona urbana”. (sr. Raimundo, agricultor na Vila de Cameté-Tapera).

Neste relato do morador de Tapera, percebe-se que a relação do sujeito com sua atividade econômica, a dinamização do local, a própria caracterização do espaço não fundamenta sua identificação de “homem urbano”. Apenas o fato de ser definido como espaço urbano, é suficiente para que este também se defina como tal.

“Aqui a gente vive assim, da plantação do pescado, toda essa terra é da família, a gente vive disso, né. E devido isso eu sou um homem rural, porque é só isso que eu sei fazer”. (sr. Domingos, agricultor e pescador na vila de Cameté-Tapera).

<sup>2</sup> Segundo informações do entrevistado, os domicílios se distanciam em 50 m, porém durante a pesquisa de campo percebeu-se que a distância entre eles é bem maior.

Nesta outra fala, compreende-se que há uma relação direta com a atividade econômica para sua identificação enquanto homem do campo/ rural, sem fazer relevância a outros aspectos.

Apesar das atividades desenvolvidas e do modo de vida rural, percebeu-se durante as entrevistas que alguns dos moradores da vila se identificam como moradores da cidade<sup>3</sup>, ao usar o termo de “eu sou urbano”, demonstra a indefinição desses sujeitos enquanto sua identidade territorial.

Outro prejuízo dos moradores da vila de Tapera se dá pela ausência de investimentos para o fomento das atividades econômicas, no entanto, segundo o funcionário da EMATER polo Cametá, a situação de Tapera se estabelece por sua definição territorial. Visto que alguns investimentos de fomento agrícola são destinados a trabalhadores rurais, em localidades rurais. Isto porque dificilmente se tem apoio institucional, o que prejudica não apenas a produção, mas principalmente, dificulta esses trabalhadores elevarem seu poder aquisitivo e uma melhor qualidade de vida.

No trabalho de pesca, como há o período de defeso, esses trabalhadores precisam garantir o trabalho durante os meses que é que proibida tal prática, para isso constroem poços para a criação de peixes e garantir a renda. No entanto, tais estratégias não possuem apoio da prefeitura e de nenhuma outra instituição, poucos conseguem o recurso financeiro através de programas, como foi o caso do sr. Domingos. Mas, a grande maioria desses trabalhadores realiza o trabalho de cavação do poço manualmente com a ajuda de amigos e parentes, em uma prática de colaboração, vista como comum no meio rural. O tempo gasto para terminar todo o processo, cavar, encher e adequar o poço, fica em média de três meses.

Aqui a gente faz tudo sozinho, a gente já cansou de pedir apoio pra prefeitura, mas nunca consegue. Se pede a máquina, tá quebrada, se pede a pá não tem. Então, a gente se reúne e vem cavar o poço, vem plantar. Esse poço aqui a gente teve apoio do FNO, e vamos começar a pagar agora no mês de outubro. (sr. Domingos, agricultor e pescador em Tapera).

Com a falta de apoio, a venda da produção se dá de forma direta, sem atravessador, esta é realizada na própria vila, na estrada ou ainda nas ruas da cidade. Segundo os pescadores, pelo tempo que é desenvolvida a atividade, já se tem clientes, o que facilita essa venda. No entanto, se houvesse um investimento para o desenvolvimento local, construindo

<sup>3</sup> O termo “cidade” é utilizado como cidade urbana.

parcerias e efetivando projetos para fomentar a atividade facilitaria e possibilitaria maior oportunidade para os trabalhadores. Percebeu-se que a própria colônia de pescadores não realiza um trabalho para que essa realidade seja alterada, visto que seus coordenadores cumprem outras funções.

Além da agricultura e do pescado, outras atividades são desenvolvidas na vila de Tapera, como a prática da produção da farinha, a criação de pequenos animais, a plantação para subsistência são atividades que também diferenciam a vila do modo de vida urbano.

### **As condições de vida e infraestrutura na vila de tapera.**

Outro destaque da Vila é a escola é de ensino fundamental (1ª a 4ª série), que atende crianças da própria vila e de algumas ilhas, barcos alugados pela prefeitura municipal saem ainda de madrugada da sede para as ilhas com o objetivo de buscar as crianças para a escola e após as aulas realiza o mesmo trajeto para deixá-las em suas casas.

A escola não possui espaço suficiente para atender a sua demanda de alunos, a mesma possui alguns espaços concedidos pelas pessoas que residem no local, os quais são definidos como anexo e não apresentam uma infraestrutura adequada para a educação escolar. A casa de madeira é um anexo da escola, cedida por uma professora que trabalha e mora na vila, segundo informações da diretora, os próprios moradores da Vila que sedem local para serem transformados em salas de aula, um pátio de outra casa também foi adaptado para funcionar como sala de aula.

Apesar da presença de alguns serviços, como energia elétrica e equipamentos como telefone público, estabelecimento comercial, igreja e escola, ou seja, estabelecimentos exigidos pelo próprio IBGE para que a vila tenha um núcleo urbano, entende-se que a definição dessa vila como parte integrante da zona urbana estabelecida na Lei Orgânica do Município, faz parte, principalmente, de um interesse político e empresarial no que tange a ocupação do solo.

Art. 193 – Fazem parte da zona urbana do município de Cametá os balneários de Aldeia, Guajará, Pacajá e Cametá-Tapera.

Art. 194 – Cametá-Tapera tem assegurado o direito de sediar zona Balneária, turística, histórica e cultural, com sua denominação de origem que é Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá. (Lei Orgânica do Município).

Percebe-se que o local não possui características que possam caracterizá-la como urbana, não somente pela paisagem, ou pelas atividades desenvolvidas, mas também os próprios hábitos e costumes que seus moradores apresentam, como a relação com a natureza, dos moradores entre si, histórias de vida, elementos construídos cotidianamente.

Apesar das dificuldades enfrentadas no meio rural, o mesmo também apresenta diversas representações, que divergem do sinônimo de atraso, mas que uma forma diferenciada da vivenciada no urbano. Segundo Sá, Costa e Tavares (2006, p. 148), o meio rural passou a ser associado a uma vida tranquila e não apenas voltada para o consumo no âmbito capitalista, “a forma de vida com contato com a natureza, áreas espaçosas, vida simples, de paz, tranquilidade, liberdade, conforto, paraíso, aconchego, valorização do trabalho, trocas positivas, lugar de trabalho coletivo”.

No entanto, apesar desse sinônimo de tranquilidade, espaço e conforto, percebe-se que as condições de vida das pessoas da vila não são adequadas, as condições de higiene são precárias, os banheiros são improvisados, as casas mal estruturadas, divergindo da fala da entrevistada,

A vida em Tapera é agradável, não tem muito movimento, as pessoas são amigas, não tem violência, aqui a gente tem a praia, a gente é muito feliz aqui. Eu fui criada aqui, meus filhos foram criados aqui também, e hoje trabalham na roça, no pescado.  
(sra. Rosa, moradora da Vila de Tapera)

Mesmo a Vila de Tapera fazendo parte da zona urbana de Cametá, a mesma vivência grandes dificuldades no que tange ausência de serviços e equipamentos, que afetam diretamente as condições de vida e de trabalho dos moradores locais, não há um investimento no local, a estrada de acesso é precária. Hipoteticamente, o espaço pode ser mais valorizado a partir do processo de desenvolvimento da estrada que interliga a cidade de Cametá a Limoeiro do Ajurú, em um processo de especulação imobiliária.

A realidade vivenciada pelos moradores de Tapera fica confirmada duas problemáticas, a primeira faz referência à definição do espaço territorial, que além de ser inadequada, também fica evidenciado a influencia desse aspecto na identificação do morador enquanto homem rural ou urbano, a segunda, que apesar das dificuldades de fomento de trabalho e da baixa qualidade de vida desse povoado, as estratégias para superação das ausências são evidentes e reais. Um terceiro ponto a ser destacado, seria o descaso público nas áreas periféricas da “zona urbana”, pois o aglomerado, sendo considerado parte integrante da



zona urbana, percebe-se que, se privilegia a implantação de serviços nas áreas centrais da cidade, enquanto que nas áreas mais longínquas há intensificação da pobreza.

### **Considerações**

As particularidades da região Amazônica traz a tona um debate sobre o que é o rural e o urbano? A pesquisa desenvolvida mostra a realidade de famílias que vivem em uma pequena localidade do município de Cametá – PA com características rurais, mas delimitada oficialmente como território urbano, com isso provocando um questionamento sobre quais os critérios estabelecidos para essa definição? Além disso, percebe-se que isso influencia diretamente na identidade dessa população enquanto homens e mulheres do “campo”.

A cidade de Cametá enfrenta diversas dificuldades no que se refere aos critérios utilizados pelo poder público para a definição desses espaços, tanto no plano teórico quanto no empírico, tornando-se evidente na manifestação do representante da EMATER – polo Cametá, ressaltando durante sua entrevista que não há critérios definidos para a definição desses espaços, o representante ao justificar-se alega a ausência de instrumentos e espaços institucionalizados estabelecidos no Plano Diretor Participativo desenvolvido entre 2004 - 2005. Dessa forma, entende-se que não havendo uma comissão responsável para estabelecer critérios, essa definição é realizada de forma arbitrária, podendo haver uma série de interesses particulares nesse processo.

Apesar do conflito de identidade entre os moradores da vila, alguns de seus moradores entrevistados, se identificam como “homens e mulheres do campo”, enquanto outros não. Essa diferença de identificação estar relacionada à locomoção entre a vila e a sede, ou ainda pela própria concepção que querer fazer parte da cidade, haja vista que o espaço rural é compreendido pelos próprios moradores do município como “interior”, no termo pejorativo.

Por fim, mesmo nos espaços onde a “ruralidade” é considerada predominante há uma influência da ideologia capitalista, a qual vê o rural apenas como um espaço de produção para atender as demandas da cidade, não sendo concebido como um espaço complementar a esta, . Diante desta lógica, mesmo quando o espaço rural é “fonte de riqueza”, não se objetiva um desenvolvimento rural, como é considerado por Campanhola e Silva (2009), visto que tal desenvolvimento (local) não apresenta um âmbito sustentável, sendo esse desenvolvimento pensado, sempre, a partir da lógica do mercado, que favorece os grandes produtores ruralistas.

## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Coleção Estudos Rurais).

CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José G. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. Brasília, 2009.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Segunda parte: Como a burguesia resolve a questão da habitação. São Paulo: Acadêmica, 1988. (pág. 35 – 65)

GRABOIS, J. **O habitat e a questão social no noroeste fluminense**. 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. IN: **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA: 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999

IPEA. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: IPEA/PNUD, 1996.  
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FJP - Fundação João Pinheiro; PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Rio de Janeiro: 2001. (CD-ROM).

JUNIOR, Saule Nelson. A competência do município para disciplinar o território rural. IN: **O Planejamento do município e o território rural**. Alberto G. O. Pereira Barreto (Org.). Instituto Pólis, São Paulo, 2004. (Caderno Pólis nº 8).

**Lei orgânica do município de Cametá**. Revisada e Atualizada em dezembro de 2006.

LIMA, J.J.; CARDOSO, A.C.; BASTOS, A.P.; GOMES, V.L. Planos Diretores dos municípios ajusantes da UHT: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, estado do Pará. IN: **Planos diretores participativos: Experiências Amazônicas**. Belém: EDUFPA, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena e Marilena Jamur. 2º ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 1ª ed. Ed: Moraes Ltda. Trad: Rubens E. Frias, São Paulo, SP, 1991.

MARQUES, Marta I. Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. São Paulo: terra Livre. Ano 18.n. 19, 2002.

SÁ, Maria E.R.; COSTA, Solange M.G.; TAVARES, Luciana P.O. O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos. IN: **O rural e o urbano na Amazônia: Diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA: 2006.